

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. TED CONTI)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fixar em cem por cento o desconto aplicável aos usuários de baixa renda dos serviços de distribuição de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário e proíbe a suspensão do fornecimento desses serviços por inadimplemento dos usuários residenciais enquanto persistir a situação emergencial decorrente da covid-19.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 3º

.....

§ 9º-A. No período de que trata o § 2º do art. 1º desta lei, o desconto aplicável aos usuários de baixa renda dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e de fornecimento de água e esgotamento sanitário será de cem por cento.

§ 9º-B. No período de que trata o § 2º do art. 1º desta lei, fica proibida a interrupção do fornecimento de energia elétrica e dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário por motivo de inadimplemento dos usuários residenciais no pagamento das faturas relativas à prestação dos serviços.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Nesse momento de situação de calamidade em decorrência da pandemia mundial da covid-19, devemos ter como maior prioridade medidas que aliviem os danos sofridos pela população mais pobre do Brasil.

Nesse sentido, apresentamos este projeto de lei, que tem o objetivo de eximir os consumidores de baixa renda do pagamento das tarifas de energia elétrica e de água, enquanto durar a situação emergencial.

Essa providência é necessária, pois, associada à emergência de saúde pública, ocorre também extraordinária redução das atividades econômicas. Por conseguinte, perderam a quase totalidade da renda os trabalhadores autônomos, aqueles em regime intermitente, os informais e os desempregados, tomando árduo o suprimento de suas necessidades mais básicas.

Assim, sem que tenham que se preocupar com o ônus do pagamento pela prestação dos referidos serviços públicos essenciais, os consumidores de baixa renda poderão cumprir as orientações de isolamento social e tratar adequadamente daqueles acometidos pela doença, além de direcionar os escassos recursos de que disponham para a aquisição de alimentos e medicamentos.

Pelas mesmas razões, propomos que seja vedada a interrupção dos serviços fornecidos a todos os consumidores residenciais por atraso no pagamento das faturas.

Considerando a urgência e o alcance social desta proposição, solicitamos o apoio dos nobres pares para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em 03 de 13/11 de 2020.

Deputado TED CONTI

2020-3277

